



CLARIFICANDO OS CÓDIGOS PENAL E CIVIL: LIMITES E DESIGUALDADES NA APLICAÇÃO DA LEI BRASILEIRA

CLARIFYING THE CIVIL AND PENAL CODES: LIMITS AND INEQUALITIES IN THE APPLICATION OF BRAZILIAN LAW

Alice Cristina da Silva Campos Braga.

Instituição atual: Colégio Chromos Unidade Betim

Endereço: Av. Edmeia Matos Lazzarotti, 2350 - Horto, Betim - MG

Gabriel Eugênio Barbosa da Silva

Instituição atual: Colégio Chromos Unidade Betim

Endereço: Av. Edmeia Matos Lazzarotti, 2350 - Horto, Betim - MG

Luiza Melo de Oliveira

Instituição atual: Colégio Chromos Unidade Betim

Endereço: Av. Edmeia Matos Lazzarotti, 2350 - Horto, Betim - MG

Celi Monteserrat Gonçalves Souza

Instituição atual: Colégio Chromos Unidade Betim

Professora de História e Orientadora.

Endereço: Av. Edmeia Matos Lazzarotti, 2350 - Horto, Betim - MG



RESUMO

Este artigo científico tem como principal objetivo analisar o Código Penal e o Código Civil no contexto nacional, abordando seus principais temas e enfatizando o recorrente cenário de desigualdade social perante o sistema judicial brasileiro. O artigo construído através de pesquisas e metodologias realizadas pelos pesquisadores, busca mostrar que mesmo com o discurso de igualdade perante a lei, o cenário real apresenta severa seletividade e exclusão de indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social. A pesquisa realizada para a produção do artigo foi desenvolvida através de pesquisa de casos sobre o tema e entrevistas com profissionais da área. Os resultados indicam que mesmo em uma sociedade democrática, com leis que realçam o sistema igualitário, a mesma apresenta falhas e opera de forma desproporcional do ponto de vista social. Por fim, o artigo aponta medidas preventivas para promoção de um sistema judicial mais igualitário que atenda às expectativas da população em geral.

Palavras-chave: código penal; código civil; desigualdade; sistema judicial brasileiro.

ABSTRACT

This scientific article aims to analyze the Penal Code and the Civil Code within the national context, addressing their main themes and emphasizing the recurring scenario of social inequality within the Brazilian judicial system. The article, based on research and methodologies conducted by the researchers, seeks to show that despite the discourse of equality before the law, the real situation presents severe selectivity and exclusion of individuals in situations of economic and social vulnerability. The research conducted for the production of the article was developed through case studies on the topic and interviews with professionals in the field. The results indicate that even in a democratic society, with laws that emphasize an egalitarian system, it presents flaws and operates disproportionately from a social perspective. Finally, the article highlights preventive measures to promote a more egalitarian judicial system that meets the expectations of the general population.

Key Words: penal code; civil code; inequality; brazilian judicial system.

INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro é composto por normas jurídicas que regulam a vida em sociedade. Entre essas normas, podemos citar a Constituição Federal, o código de trânsito brasileiro, Código tributário, Estatuto do idoso, o Estatuto da Criança e adolescente, a lei Maria da Penha e centenas de outras normas. Dentre as grandes codificações destacam-se: o Código Civil e o Código



Penal, que exercem papéis fundamentais na organização social e na manutenção da ordem pública e legislativa do país. (3,4,7)

Analisaremos que embora as leis sejam elaboradas para todos indivíduos, percebe-se que sua aplicação na maioria das vezes não é justa nem igualitária. (1) Assim, é notória a existência da desigualdade na execução de leis no sistema judicial brasileiro, principalmente com base em classe, cor, raça e poder aquisitivo. (5)

Esta análise se faz demasiadamente necessária já que a discussão constante deste tema produz conhecimento e provoca a sensibilidade das autoridades quanto a necessidade de criar estratégias e mecanismos que coíbam qualquer tipo de injustiça. (5)

Para alcançar os resultados pretendidos será explorado o universo de outros artigos jurídicos que abordam o tema, dados e estatísticas que tiverem disponíveis, notícias e reportagens, bem como a consulta de profissional da área que operacionaliza o direito e vive na prática o dia a dia da justiça brasileira. (6)

Dessa forma, o artigo busca dissertar sobre esta latente injustiça, mostrando como ela se porta no cenário real.

METODOLOGIA

Este trabalho tomou a forma de uma série de investigações, caso em que a abordagem foi realizada para estudar a presença de desigualdade na Administração Judicial do Brasil, bem como nos tribunais do júri. (5) Para esta pesquisa, as seguintes metodologias foram aplicadas: primeiro, o estudo de casos jurídicos, consistindo em uma análise dos textos das sentenças, segundo uma entrevista com profissionais do direito ou universitários dedicados a esse campo e, terceiro, uma pesquisa bibliográfica nas áreas adequadas. (6)

Dessa forma, os estudos de casos deveriam indicar um viés condicional ao fazer uma escolha judicial, incluindo fatores como situação financeira ou social. As entrevistas semiestruturadas com advogados ou defensores deveriam explicar quais aspectos do trabalho cotidiano confirmam a presença de



desigualdade.(5)

Enquanto isso, a pesquisa bibliográfica serviria para fornecer a base teórica e histórica, facilitando a aplicação dos dados empiricamente coletados em termos acadêmicos. Juntos, esses três métodos, seja o prático o profissional ou o teórico, proporcionam à pesquisa um aspecto integrado e crítico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com análise de casos jurídicos, os pesquisadores observaram que a aplicação das leis no Brasil apresenta variações recorrentes de acordo com o perfil econômico do cidadão. Em boa parte dos casos, indivíduos com as mais diversas vulnerabilidades, como por exemplo os vulneráveis econômicos podem enfrentar julgamentos mais duros, ou dificuldades de obter a defesa adequada, enquanto pessoas com maior poder aquisitivo obtém decisões mais satisfatórias.

Isso pelo fato de terem condições de manejar corretamente os recursos do judiciário e contratar os melhores advogados para suas defesas.

A entrevista realizada com profissionais do direito reforçou a percepção de que o sistema judicial brasileiro apresenta falhas operacionais e culturais que perpetuam a seletividade penal. Cabe salientar que todo o sistema foi estruturado com base na igualdade e justiça e que possui dispositivos legais interessantes, contudo, encontra inúmeros entraves, no momento, a operacionalização destes dispositivos.

O entrevistado destacou a sobrecarga do sistema, o judiciário brasileiro possui milhares e milhares de processos, o que causa morosidade e sensação de insegurança jurídica.

Além disso, o preconceito estrutural e a falta de acesso à informação jurídica são fatores que ampliam ainda mais essa desigualdade.

As fontes acadêmicas consultadas também confirmam entender que a desigualdade no sistema judiciário brasileiro existe e que reflete raízes históricas e sociais. Por sua vez, a literatura só faz corroborar com tudo que já vem sendo



constatado. Aponta que a "justiça" tende a ser mais severa com as camadas mais pobres da sociedade e isso contribui para a perpetuação de um sistema que exclui e expõe escancaradamente a desigualdade de tratamento.

É imprescindível considerar que a desigualdade não se limita à esfera econômica, mas se manifesta também em aspectos culturais e educacionais, que influenciam diretamente o acesso e a compreensão dos direitos por parte dos cidadãos. A ausência de uma educação jurídica básica e acessível contribui para a perpetuação de um ciclo de desinformação, no qual os mais vulneráveis não conseguem reivindicar seus direitos de maneira efetiva.

Ademais, a morosidade do sistema judicial não apenas afeta a celeridade das decisões, mas também compromete a credibilidade das instituições responsáveis pela aplicação da justiça. A lentidão processual gera um ambiente propício para a insegurança jurídica, que pode desencorajar a busca por soluções legais e fomentar a sensação de impunidade.

Por fim, a superação desses desafios demanda uma abordagem multifacetada, que envolva reformas estruturais, capacitação contínua dos operadores do direito e a implementação de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à justiça. Somente por meio de um compromisso coletivo será possível avançar rumo a um sistema mais justo, equitativo e eficiente, que realmente represente os valores constitucionais de igualdade e dignidade humana.

Após análises e discussões, os pesquisadores apontam como solução para a isonomia na aplicação das leis brasileiras, o aumento real da transparência na citada aplicabilidade, através da divulgação ampla e de fácil acesso, das sentenças e especificidades de cada caso por classificação de instâncias semelhantes. Sugerem, pois, relatórios semestrais de atuação dos magistrados nos julgamentos que forem responsáveis – índices de produtividade, taxas de absolvição e condenação, tempo médio de julgamento – a equipes, selecionadas mediante prova de habilitação e conhecimentos específicos. Tais equipes atuariam no sentido de identificar discrepâncias e,



sobretudo, padrões de discriminação: aplicação de penas mais rígidas em réus negros e pobres em comparação com réus brancos e ricos em situação similar e punições mais severas para crimes leves ou punições leves para crimes mais graves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo científico, foi discutido a irregularidade da promoção de equidade na aplicação de leis no Brasil, enfatizando que, mesmo com estruturas feitas para garantir igualdade dentro do Código Penal e Civil, a sua aplicação ainda favorece grupos sociais privilegiados.

Baseado na análise de todo material bibliográfico, depoimentos de especialistas do direito, além de, reportagens e dados disponíveis ficou mais que evidenciado que o acesso à Justiça brasileira ainda é um grande desafio. Desafio este ainda mais duro para a população de extrema vulnerabilidade, seja ela, social, racial ou financeira.

Diante desse cenário, medidas de correção tornam-se urgentes e poderiam corroborar para a solução do problema que figura no título desse artigo: implementação da educação jurídica no currículo escolar do Ministério da educação (MEC) abrangendo todas as escolas do território brasileiro, sendo ela pública ou privada, fortalecimento das defensorias públicas, ampliando o número de profissionais e conseqüentemente a quantidade de municípios atendido por ela, atendimento da defensoria pública para atender as diversas áreas do direito.

Os pesquisadores detectaram que a defensoria pública, no Brasil conta com número reduzido de advogados e por isso precisa atuar somente em áreas específicas. Acreditam ainda que seria interessante a limitação ou extinção do foro privilegiado e a promoção de ampliação ao acesso jurídico e políticas públicas de equidade.

É urgente e necessária a reforma legislativa dos códigos jurídicos mais importantes (Código Penal e Código Civil) com viés da resolução definitiva dos problemas relacionados a falta de justiça e equidade na operacionalização do direito no contexto brasileiro.



Ainda que por meio de tais mudanças estruturais não seja garantido dizer que a parcialidade seja abolida na prática, uma vez que este é um problema que está presente há anos no cenário nacional e de diversos outros países, faz-se urgente a busca por mudanças e adequações. É uma questão de justiça.

REFERÊNCIAS

- (1) REBAC (revista brasileira de análise do comportamento da UFPA),
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/1943>
Análise do artigo publicado pela revista, levantamento de dados sobre o código penal.
Último acesso: 17/08 2025 às 17:06.
- (2) Revista científica Semana Acadêmica
<https://semanaacademica.org.br/>
Análise de artigos publicados sobre o Código Penal e Código Civil para levantamento de dados sobre os mesmos.
- (3) Site oficial Jus Brasil (pesquisa jurídica)
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principios-do-direito-penal/2035552181>
Análise dos princípios do direito penal brasileiro.
- (4) Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
https://www2.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/AVA_635043153938677500pj_3__direito_penal_i_28_06_06.pdf
Análise do artigo publicado por alunos do Direito pela UNITINS.
- (5) Portal SciELO
<https://doi.org/10.1590/S1806-64452007000100003>
- (6) Google Acadêmico
https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=desigualdade+no+sistema+juridico&lr=lang_pt&oq=desigualdade+no+sistema+ju#d=gs_qabs&t=1781822464132&u=%23p%3Di2IWaEN2vR4J
- (7) Site Oficial OAB (princípios do direito penal OAB)



Revista Formação em 3 Dimensões – F3D
ISSN:

<https://www.oab.org.br/>

Estudo sobre o Direito Penal através de artigos publicados no site.